

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepm.org.br



INTOXICADOS

PL prevê assistência integral à saúde

Página 2

ARTIGO

A batalha das eleições de 2026: o futuro do Brasil em jogo

Página 4

HÍBRIDA

Sindsep-MT realiza 3ª reunião de Direção

Página 3



A farsa dos supersalários contra o funcionalismo público

A proposta de reforma administrativa em debate na Câmara não combate privilégios. Um projeto sério deveria, antes de tudo, fortalecer o serviço público, garantindo estabilidade, concursos regulares, remuneração justa e condições dignas de trabalho

ALIANÇA DAS TRÊS ESFERAS

A proposta de reforma administrativa em debate na Câmara dos Deputados tem sido apresentada como uma medida de “modernização” da gestão pública, mas revela outro cenário: não há combate a privilégios, tampouco enfrentamento das distorções salariais nos altos escalões do funcionalismo. O verdadeiro alvo da reforma são os servidores de base, justamente aqueles que garantem o funcionamento cotidiano do Estado brasileiro.

Enquanto mantém intocáveis os supersalários do setor público, o projeto promove cortes e flexibilizações que atingem diretamente a maioria dos servidores civis, especialmente aqueles que

ocupam cargos nos planos PGPE, PST e correlatos do Executivo Federal. Benefícios como estabilidade, progressão de carreira e garantias previstas na Constituição estão sob ameaça, o que abre caminho para o aparelhamento do Estado, aumento da rotatividade e precarização dos serviços públicos essenciais.

De forma explícita, o relator da proposta, deputado Pedro Paulo, afirmou que a questão dos supersalários não será incluída na reforma, por ser um “ponto delicado”. Também os militares permanecerão fora do alcance das mudanças propostas.

A atual proposta de reforma não mira os verdadeiros privilégios. Um projeto sério de reforma administrativa deveria, antes de tudo, fortalecer o serviço público, garantindo estabilidade, concursos regulares, remuneração justa e

condições dignas de trabalho. Isso é fundamental para evitar práticas como apadrinhamento político, descontinuidade de programas e precarização de áreas como saúde, educação, assistência social e segurança.

Ao isentar os setores privilegiados e penalizar quem carrega nas costas o funcionamento da máquina pública, os debates que envolvem essa reforma administrativa revelam seu verdadeiro propósito: redução do papel do Estado como garantidor de direitos para transformá-lo em balcão de negócios a serviço do capital financeiro.

Por isso, servidores, movimentos sociais e parlamentares comprometidos com o interesse público têm uma única resposta possível:

Cancela a Reforma já!

Incra-MT recebe 18 novos servidores aprovados no CNPU

Fotos: Mário Hashimoto

No dia 19 de setembro de 2025, 18 novos servidores e servidoras realizaram ações de ambientação na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso (Incra-MT). Os empossados foram aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) do governo federal e passam a reforçar a rotina do órgão em Cuiabá, ajudando a suprir a carência de quadro técnico nas atividades de reforma agrária, ordenamento fundiário e regularização de territórios.

A solenidade ocorreu na sede regional do Incra-MT, localizada na Rua Estevão de Mendonça, Edifício Green Tower, bairro Quilombo, em Cuiabá. Presentes ao ato, representantes da direção do Sindsep-MT, Elias Belisário de Araújo, Sílvia Cléia, Damásio de Souza Pereira e Fernando Pivetta, deram as boas-vindas aos novos colegas e reforçaram o compromisso do sindicato com a integração e a recepção dos mais novos servidores.

Na ocasião, o vice-presidente do Sindsep-MT e servidor do Incra, Elias Belisário, parabenizou os novos servi-

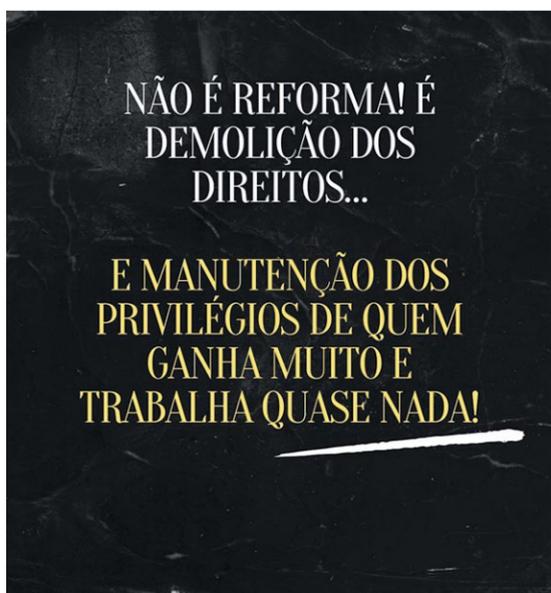
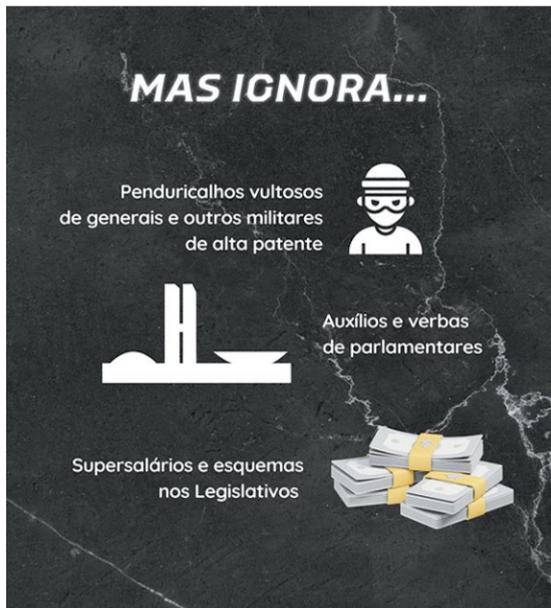
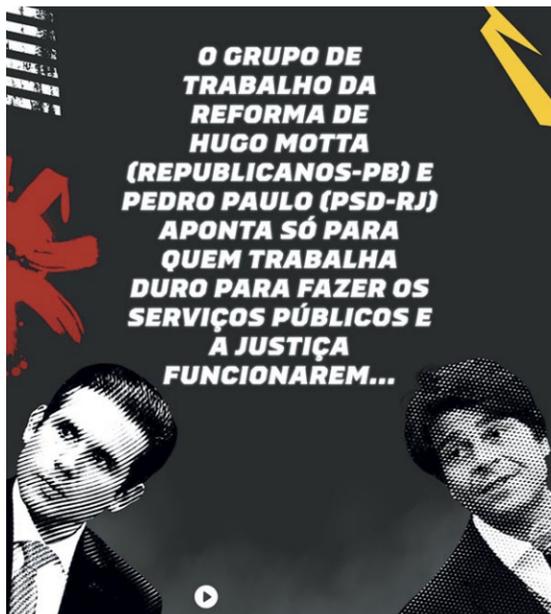


dores e fez um breve relato das funções das unidades avançadas do órgão.

Também Sílvia Cléia, servidora aposentada do Incra, convidou os novos colegas a conhecerem a sede do sindicato e a se filiarem, mostrando como argumento, os aumentos salariais obtidos durante este governo. O ingresso desses profissionais integra a recomposição do quadro do Incra após o CPNU: o concurso nacional previsto pelo edital trouxe uma grande leva de

aprovados para o órgão — o processo unificado ofertou vagas para diversos órgãos federais (mais de 3.600 vagas no CNU) e, especificamente para o Incra, foram previstas 742 vagas a serem preenchidas conforme necessidades e lotações regionais.

O Sindsep-MT deseja muito sucesso nessa nova jornada!



ACOMPANHE O SEU SINDICATO PELAS REDES SOCIAIS.

Acesse:

SITE: www.sindsepm.org.br

FACEBOOK: www.facebook.com/sindsepm

YOUTUBE: www.youtube.com/@sindsepm



ATENÇÃO FILIADOS E FILIADAS

Está havendo muitas reclamações por causa do não recebimento ou excesso de atraso do seu informativo, que é enviado para suas residências mensalmente pelo Correios. Se este é o seu caso, ligue para nós e vamos acompanhar caso a caso: (65) 3023-7000 ou (65) 3023-6617. Ou pelo email: contato@sindsepm.org.br

INTOXICADOS

PL que prevê assistência integral à saúde ganha apoio na Câmara

Projeto garante assistência integral a servidores da ex-Sucam intoxicados por inseticidas

O Projeto de Lei (PL) 5.489/2023, de autoria do deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), que prevê assistência integral à saúde para servidores da antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) expostos a inseticidas altamente tóxicos, como o DDT e o Malathion, deu mais um passo importante em Brasília.

O relator da proposta, deputado Paulo Guedes (PT-MG), recebeu em seu gabinete, em Brasília, os dirigentes da Condsef/Fenadsef Jussara Griffó, Maurício Antônio de Almeida e Carlos Alberto de Almeida. Durante a reunião, o parlamentar demonstrou apoio à iniciativa e anunciou que deve protocolar o parecer favorável na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) ainda nesta semana.

O projeto busca assegurar que os trabalhadores que arriscaram sua saúde no combate às endemias no Brasil tenham acesso garantido ao tratamento médico necessário, com a União responsável pelo custeio da assistência.

A luta por reconhecimento e reparação não é nova. O Sindsep-MT tem acompanhado de perto essa pauta e, ao longo dos últimos anos, vem destacando em sua redes sociais, reportagens sobre reuniões em Brasília, atos públicos e audiências realizadas em Mato Grosso e no Congresso Nacional. Em diver-



Deputado Paulo Guedes (PT-MG), com diretores da Condsef é o relator do PL

sas matérias, o sindicato enfatizou o drama vivido pelos servidores intoxicados, muitos deles com graves sequelas, e a urgência de políticas públicas que garantam tratamento digno e permanente.

O portal do Sindsep-MT já destacou a mobilização em audiências públicas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso e em Sinop, onde vítimas e familiares relataram o impacto das substâncias tóxicas em suas vidas. Também registrou atos organizados em parceria com a Condsef e outros sindicatos da categoria, que reforçam a pressão

junto ao governo federal e ao parlamento para que o direito à saúde desses trabalhadores seja efetivado.

Reparação - A expectativa agora é de que o parecer do relator seja aprovado na CFT, permitindo que o PL avance para as etapas seguintes de tramitação. Para o Sindsep-MT e as entidades nacionais que acompanham a matéria, cada vitória representa mais um passo rumo à reparação histórica dos trabalhadores que dedicaram suas vidas à saúde pública no país.

EBSERH

Justiça suspende descontos em salário de servidora de hospital universitário

Juiz suspende cortes em salário da trabalhadora do Hospital Júlio Müller, em Cuiabá até decisão final

A Justiça do Trabalho determinou a suspensão dos descontos realizados no contracheque de uma funcionária da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), em Cuiabá. A profissional havia acionado a Justiça alegando que vinha sofrendo cortes em sua remuneração referentes a um adicional de insalubridade pago anteriormente. Segundo a defesa, o benefício foi recebido de boa-fé e a devolução colocaria em risco o sustento dela e de sua família.

A trabalhadora é representada pela advogada Adriane Santos dos Anjos, que pediu a suspensão imediata dos descontos.

O juiz da 6ª Vara do Trabalho de Cuiabá considerou que os cortes poderiam comprometer a subsistência da empregada e decidiu, em caráter provisório, interromper a cobrança até que o processo seja concluído.

Uma audiência presencial está marcada para o dia 28 de outubro, quando a empresa deverá apresentar sua defesa e as partes poderão apresentar provas.

Foto: TRT/Divulgação



Justiça do Trabalho suspende descontos no contra-cheque



COMUNICADO JURÍDICO AOS TRABALHADORES DA EBSERH

A Assessoria Jurídica do SINDSEP vem por meio deste comunicado prestar esclarecimentos sobre a situação dos trabalhadores da EBSERH contratados antes de 2019, diante da tentativa da empresa de alterar a base de cálculo da insalubridade que historicamente vem sendo aplicada.

A questão foi levada ao TST, por meio de mediação pré-processual, ocasião em que o Tribunal sugeriu a aceitação da alteração proposta pela empresa.

Em Assembleia da categoria, realizada na última semana, os trabalhadores rejeitaram expressamente essa proposta.

Em reunião no TST, as entidades de classe formalizaram a resposta, comunicando tanto ao Tribunal quanto ao IPCE que a categoria não aceita a alteração da base de cálculo.

Apesar disso, a empresa reafirmou sua intenção de levar adiante a modificação, com previsão de implementação antes de dezembro de 2025, com o claro objetivo de reduzir despesas salariais.

Diante desse cenário, informamos que:

- O SINDSEP, por meio de sua Assessoria Jurídica, já está preparando as medidas judiciais necessárias;

- Serão ajuizadas ações individuais e/ou coletivas com pedido de tutela de urgência, visando impedir que a alteração seja efetivada e garantir a manutenção das condições contratuais vigentes;

- A orientação é que todos os trabalhadores mantenham contato com o Sindicato para atualização cadastral e acompanhamento das ações.

O SINDSEP reafirma seu compromisso na defesa intransigente dos direitos da categoria e reforça que todas as medidas cabíveis serão tomadas para impedir retrocessos e assegurar as conquistas históricas dos servidores.

Vamos à luta!

Atenciosamente,
Assessoria Jurídica – SINDSEP-MT

Alerta Importante:

Cuidado com o golpe do falso advogado!

O Sindsep-MT informa a todos os servidores que circula, novamente, o chamado golpe do falso advogado. Nessa fraude, estelionatários se passam por advogados ou representantes judiciais — muitas vezes utilizando dados reais de processos — e entram em contato pedindo pagamentos para liberar supostas verbas judiciais. O desfecho, claro, é que o dinheiro vai para os golpistas, enquanto os servidores ficam no prejuízo.

Como o golpe funciona:

Os criminosos obtêm dados reais de processos judiciais e os utilizam para dar veracidade à farsa.

Aí entram em contato via WhatsApp ou telefone, com urgência, afirmando que é necessário um pagamento via PIX ou depósito imediato para liberação de valores como precatórios, alvarás ou RPVs.

Em seguida, dispara-se um documento forjado — sentenças, ofícios, alvarás falsos — com montagem muito convincente.

Depois que o pagamento é feito, o falso advogado desaparece — e o servidor fica sem o valor e sem contato com o suposto advogado.

O que as autoridades recomendam:

Não realize pagamentos por PIX, transferências ou boletos enviados por fontes não verificadas.

Verifique sempre a identidade do contato antes de qualquer ação.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) enfatiza: nunca solicita nenhum tipo de pagamento via PIX ou outro meio para liberar valores judiciais.

O que tem sido feito em Mato Grosso: A OAB-MT reforçou junto ao Ministério da Justiça a necessidade de federalização das investigações, dada a abrangência interestadual do golpe.

A entidade também firmou parcerias com a Polícia Civil e com o TJMT para implementar ajustes de segurança no sistema eletrônico de tramitação processual (PJe).

Contatos oficiais do Jurídico do SINDSEP/MT

Caso você receba qualquer mensagem suspeita ou tenha dúvidas sobre autênticos contatos jurídicos, não hesite em entrar em contato diretamente com o Jurídico do sindicato:

Telefone fixo: (65) 3023-7000

WhatsApp: (65) 99945-6283

Ou, diretamente com a Dra. Adriane Santos dos Anjos:

WhatsApp: (65) 99947-5368

WhatsApp: (65) 99309-5678

Seja sempre cauteloso com contatos não verificados e proteja-se contra fraudes.

HÍBRIDA

Sindsep realiza 3ª Reunião Ordinária de Direção

Sindicato debateu reforma administrativa, mobilização sindical e aprovação de contas

O Sindsep-MT realizou, na manhã do dia 10, em sua sede, a 3ª Reunião Ordinária de Direção. O encontro abordou temas políticos e administrativos, como reforma da Previdência, reforma administrativa e mobilizações contra privatizações no serviço público.

Foram discutidos ainda a implementação do sistema Datasind, para gestão sindical, e aprovadas as contas financeiras do sindicato. Também estiveram em pauta informes jurídicos, defesas de servidores e a organização de um seminário sobre federação e planos de carreira. A reunião ocorreu de forma híbrida (presencial e virtual).

DEBATES POLÍTICOS E SINDICAIS - O secretário de Assuntos Jurídicos, Damásio Pereira, defendeu a intensificação das mobilizações regionais em parceria com a CUT-MT e destacou a importância de acompanhar a situação internacional, como o conflito em Gaza e as relações diplomáticas Brasil-Israel, reforçando a necessidade de solidariedade aos palestinos. Damásio reforçou a importância da mobilização contra a reforma administrativa e as privatizações, lembrando a experiência de resistência liderada pela Condsef/Fenadsef.

A diretora suplente, Jacira Weis, propôs a criação de um

Foto: Reprodução



A reunião ocorreu de forma híbrida, com grande participação dos diretores grupo exclusivo da direção no WhatsApp, com regras mais claras para melhorar a comunicação interna.

O presidente Carlos Alberto de Almeida alertou para a continuidade de golpes políticos no país, comentou o julgamento em andamento no STF e reforçou a necessidade de solidariedade humanitária a Gaza. Também destacou os riscos da reforma administrativa: perda da estabilidade, expansão da terceirização e desvinculação de áreas essenciais do orçamento público.

O secretário-geral, Fernando Pivetta, defendeu a unidade entre servidores das três esferas e sugeriu um seminário, com apoio da CUT-MT, sobre a reforma administrativa e a questão da Palestina.

DATASIND - Foi apresentada a plataforma Datasind, com recursos de atendimento, encaminhamento de casos, votação online, controle patrimonial e gestão de contribuições. A dire-

toria demonstrou interesse, especialmente nos módulos jurídico e patrimonial, além de discutir a integração com a Unimed.

INSALUBRIDADE - Carlos Alberto informou sobre as negociações com a Ebserrh, que propôs mudanças nas regras de insalubridade, foram rejeitadas em assembleia da categoria. Foram definidos planos para um seminário sobre federação e carreiras e a organização de um dia nacional de luta contra a reforma administrativa.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - O conselheiro fiscal João Alves e o secretário de Finanças Gildásio Ferreira Gomes apresentaram a prestação de contas referente a março a junho de 2025, aprovada por unanimidade após análise dos documentos.

O departamento jurídico, através da advogada Adriane Santos dos Anjos, fez um balanço geral das ações do setor. (Ver quadro ao lado) →

Resumo dos assuntos jurídicos tratados na reunião pela advogada Adriane dos Anjos

1. Ações Judiciais por Intoxicação com DDT – Servidores da Antiga Sucam (Funasa)

Relatado o avanço em ações judiciais de servidores expostos ao pesticida DDT. Dois laudos periciais recentes confirmaram intoxicação crônica, estabelecendo o nexo causal. As perícias fortalecem as ações em trâmite, aumentando a probabilidade de êxito.

2. Vitória Judicial em Ação de Improbidade – Absolvição Após 10 Anos

Informada a vitória no caso do servidor Raimundo Angelino de Oliveira, absolvido após uma década em ação de improbidade. A atuação da advogada Dra. Adriane Santos dos Anjos foi decisiva. A sentença foi reformada com base na nova Lei de Improbidade (Lei 14.230/2021), demonstrando atuação técnica e persistente da assessoria jurídica.

3. Suspensão de Descontos Indevidos – EBSEERH

Destacada decisão liminar favorável à servidora Cynthia Paula de Jesus Fraga, determinando a suspensão de descontos administrativos em folha sem contraditório. Fundamentação baseada na boa-fé, natureza alimentar das verbas e violação ao devido processo legal.

4. Alerta de Golpe do Falso Advogado

Reforçado alerta sobre fraudes em que estelionatários se passam por advogados para extorquir servidores. Orientações preventivas foram disseminadas, destacando-se a importância de confirmar a veracidade dos contatos e documentos. Contatos oficiais do jurídico foram reiterados.

5. Ações Judiciais com Possibilidade de Acordo com a AGU

Apresentado comunicado oficial sobre ações judiciais vitoriosas com cumprimento coletivo e possibilidade de acordo junto à AGU/PRF. Teses incluídas:

- Restituição de PSS sobre verbas indenizatórias
- Diferenças nas Gratificações de Desempenho (GDs)
- Reajuste geral de 28,86%
- Pagamento de valores referentes à VPNI

6. Processo do "Ferrinho" – Pedido de Administração Provisória do Sindicato

Foi informado que Ferrinho ajuizou ação requerendo nomeação como administrador provisório do Sindsep-MT, alegando suposta desatualização do cadastro sindical no MTE.

Contudo, a última atualização foi realizada em 2022 e, conforme legislação vigente, o prazo de validade é de 8 anos (até 2030), estando, portanto, regular.

A defesa está em elaboração e já foram identificados pontos frágeis na ação, como:

- Ausência de procuração e documentos de identificação do autor
- Falta de filiação ao sindicato, o que inviabiliza o pedido de administração
- Notificação genérica do MTE que sequer cita o Sindsep-MT

7. Retorno dos Servidores Zózimo e Gilson (Ministério da Saúde)

Comunicado que, após atuação do setor jurídico, os servidores Zózimo e Gilson, afastados por medida administrativa vinculada a operação da Polícia Federal, foram realocados aos seus cargos de origem, corrigindo a injustiça praticada.

8. Ação do Servidor Luiz Geraldino – Plano de Saúde Unimed

Relatada a existência de ação ajuizada por Luiz Geraldino contra o sindicato em razão do contrato com a Unimed. Informado que a defesa já está sendo conduzida e que, de acordo com os documentos, é o próprio servidor quem possui valores pendentes com o plano. Tal argumento será defendido em juízo.

Adriane Santos dos Anjos
OAB/MT 18.378
OAB/PB 34.621-A

30 de outubro: Todos a Brasília na Marcha dos Intoxicados

“Salvando vidas e lutando contra a morte”, com esse lema, servidores da ex-Sucam que foram expostos a substâncias tóxicas como DDT (Dicloro-Difinil-Tricloroetano) e BHC (Benzene Hexachloride) durante o combate às endemias nas décadas passadas, se prepararam para vir a Brasília no dia 30 de outubro para uma grande marcha na luta por dignidade e direito.

Um dos objetivos centrais da categoria é buscar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 101/2019. A proposta, de autoria

do então deputado Mauro Nazif, busca assegurar plano de saúde vitalício aos servidores intoxicados no exercício de suas funções sanitárias. A matéria teve sua admissibilidade reconhecida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em outubro de 2021.

Considerados heróis nacionais na erradicação de doenças como malária e febre amarela, hoje esses trabalhadores enfrentam sérias consequências à saúde, muitas vezes sem o devido amparo do Estado. Dados históricos e estatísticos levantados ao longo dos anos sobre o

adocimento e mortalidade desses trabalhadores subsidiam essa luta. A Condsef/Fenadsef, que tem uma Comissão Nacional dos Intoxicados, reforça que não é possível aceitar que esses servidores hoje morram à míngua, sem o auxílio governamental que tanto precisam e merecem.

Outro foco dessa luta é a aprovação do Projeto de Lei nº 5.489/2023, que também visa garantir assistência integral à saúde para servidores da ex-Sucam e Funasa que foram expostos aos pesticidas.

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal – Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

ARTIGO

A BATALHA DAS ELEIÇÕES DE 2026: O FUTURO DO BRASIL EM JOGO

ANTÔNIO AUGUSTO QUEIROZ*

A democracia brasileira se aproxima de um de seus momentos mais decisivos desde a redemocratização. As eleições de 2026, ainda que possam parecer distantes no horizonte político, já projetam suas longas sombras sobre o presente, definindo manobras, alianças e estratégias que moldarão o destino da nação. Este pleito será muito mais do que uma simples alternância de poder; será um referendo sobre o projeto de país que desejamos construir e uma batalha épica pela alma das instituições democráticas. No centro deste embate estarão dois cargos de importância capital: a Presidência da República e dois terços das cadeiras do Senado Federal. O resultado desta conjunção de forças terá o poder de acelerar o projeto de inclusão social e desenvolvimento soberano em curso ou de desmantelá-lo em favor de um projeto de poder autoritário, ultraliberal e alinhado submissamente a interesses geopolíticos externos.

A importância estratégica da eleição presidencial é evidente por si só. O Presidente da República é o condutor da nação, o chefe do Poder Executivo e o principal proponente de políticas públicas. No entanto, a partir de 2027, o cargo carregará um peso adicional e histórico: a prerrogativa de indicar, potencialmente, pelo menos três dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A atual composição da Corte conta com ministros cuja aposentadoria compulsória se aproxima (Cármem Lúcia, Luiz Fux e Gilmar Mendes). As nomeações para estas vagas definirão o caráter jurídico e a orientação constitucional do mais alto tribunal do país para as próximas décadas.

Um presidente eleito pelo campo progressista, comprometido com o Estado Democrático de Direito, indicaria ministros com perfil técnico, idôneos e alinhados com a defesa intransigente da Constituição de 1988, garantindo a continuidade de uma jurisprudência que valoriza os direitos sociais, a proteção ambiental e as liberdades individuais. Por outro lado, a eleição de um candidato alinhado ao bolsonarismo, como já foi explicitamente prometido em diversos fóruns, teria um objetivo claro: instrumentalizar o STF. As indicações seriam feitas com um único propósito: criar uma maioria favorável a anistiar o ex-presidente

Jair Bolsonaro e seus aliados mais próximos, além de promover uma guinada conservadora e revanchista na interpretação das leis, submetendo o Judiciário aos caprichos do Executivo.

Contudo, a presidência não age sozinha neste tabuleiro. O processo de nomeação e posse de um ministro do STF requer a aprovação da maioria absoluta do Senado Federal. É aqui que a eleição para a Casa legislativa adquire uma importância que, muitas vezes, passa despercebida pelo eleitorado médio, mas que é absolutamente vital. Em 2026, serão renovados dois terços dos 81 assentos do Senado. Esta eleição não definirá apenas uma maioria qualificada de 54 senadores, mas tem o potencial de forjar uma maioria de extrema direita capaz de alterar a própria estrutura de freios e contrapesos da República.

Caso a extrema direita, aglutinada em torno do bolsonarismo, consiga conquistar esta maioria qualificada, o cenário se tornaria profundamente sombrio. Um Senado com esta composição não seria apenas um coadjuvante complacente, mas um ator protagonista em um projeto de ruptura institucional. Além de cancelar ou bloquear as indicações presidenciais para o STF, esta maioria teria o poder de admitir a instauração, por 41 votos (maioria absoluta), de processo de impeachment contra ministros da Corte Suprema, com o consequente afastamento imediato por 180 dias, e o poder de condenar à perda do cargo por crime de responsabilidade aqueles considerados "indesejados", por maioria qualificada de 54 votos (dois terços da Casa). Ameaças que hoje soam como bravatas de grupos radicais se transformariam em uma agenda legislativa concreta e assustadoramente viável. O Congresso Nacional, que deveria ser o guardião do processo democrático, se tornaria o seu algoz, promovendo um acerto de contas com o Judiciário e esvaziando a autonomia do STF.

Este não é um exercício de ficção política, mas uma possibilidade real que já está sendo organizada em gabinetes e em convenções partidárias. A polarização que marca o Brasil atual não se resume a Lula e Bolsonaro; é uma disputa entre dois projetos antagônicos de sociedade. De um lado, um presidente da República legitimamente eleito, empenhado em promover o desenvolvimento com distribuição de renda, a reinustrialização, a soberania nacional e a reinserção inter-

nacional do país como potência ambiental e pacificadora. Sua administração tem trabalhado para reconstruir as políticas públicas de inclusão social desmontadas no quadriênio anterior, recompor o orçamento para saúde e educação, e enfrentar a crise da fome que assolou milhões de brasileiros.

Do outro lado, governadores, parlamentares e uma vasta rede de influenciadores remam vigorosa e constantemente contra a maré do interesse nacional. Seu objetivo primordial não é legislar ou apresentar um projeto alternativo de governo; é defender e proteger um ex-presidente da República que deixou um legado de ódio, negacionismo da ciência, desprezo pela crise climática e ataques sistemáticos às instituições democráticas. Este mesmo ex-presidente foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por crimes eleitorais e inúmeros outros crimes, como organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, Golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, e deterioração do patrimônio público tombado. A eleição de 2026 é, para este campo, uma questão de sobrevivência política e de impunidade. É uma tentativa de chegar ao poder não para governar para todos, mas para garantir que seus líderes nunca precisem responder perante a Justiça.

A harmonia entre os Poderes, um princípio basilar para o funcionamento de qualquer democracia madura, estará diretamente na cédula de votação. O atual governo, apesar de suas divergências naturais e saudáveis com o Legislativo e o Judiciário, opera dentro dos limites institucionais, respeitando a autonomia de cada poder. Já um governo bolsonarista, reeditado ou não em uma nova figura (Bolsonarismo em Bolsonaro), apostaria no conflito permanente como estratégia de governo. A escalada retórica, as ameaças veladas e o desrespeito às decisões judiciais seriam a tônica, criando um ambiente de instabilidade permanente que afugenta investimentos, paralisa o país e aprofunda as fraturas sociais.

Além do front institucional, as políticas públicas de caráter social estarão sob ameaça existencial. Programas como Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o fortalecimento do SUS, as políticas de cotas e de valorização do salário-mínimo são conquistas que ainda geram resistência em se-

tores conservadores da sociedade. Um triunfo da extrema direita em 2026 significaria não uma mera revisão, mas um desmonte acelerado e deliberado desta rede de proteção social, em nome de um fundamentalismo de mercado que prega o Estado mínimo para os pobres e máximo para os ricos. O projeto é claro: a privatização de ativos estratégicos, a precarização das relações de trabalho e o fim de políticas de afirmação.

A submissão aos interesses estrangeiros, outro pilar do projeto bolsonarista, também voltaria com força total. Basta observar o apoio explícito e vergonhoso de seus líderes às medidas tarifárias impostas pelo governo estadunidense contra a indústria brasileira. Enquanto o governo atual trabalha para diversificar parcerias e fortalecer o Mercosul e os BRICS, o campo da extrema direita enxerga o Brasil como um mero apêndice subalterno do ocidente, disposto a abrir mão de sua soberania econômica e ambiental em troca de um lugar à mesa de potências que não veem nosso país como um igual, mas como uma colônia a ser explorada.

Portanto, não se enganem com a aparente calma ou com a distância temporal. A batalha de 2026 já começou. Cada discurso, cada votação no Congresso, cada manifestação nas redes sociais é um movimento neste grande jogo pelo futuro do Brasil. A pergunta que se coloca para cada cidadão é profunda: queremos um país soberano, democrático, inclusivo e com instituições fortes, ou optaremos por um projeto de poder que glorifica o conflito, a exclusão, a submissão e a impunidade?

A resposta não deverá ser dada apenas nas eleições de 2026. Ela precisa ser construída agora, na conscientização política do eleitorado, no fortalecimento da mídia independente, no engajamento da sociedade civil e na clara compreensão de que a democracia não é um dado adquirido, mas uma conquista diária que precisa ser defendida com unhas e dentes. O destino do Brasil não está escrito. Ele será, literalmente, votado. E cada voto contará não apenas para escolher um governante, mas para definir o que seremos como nação.

JORNALISTA, ANALISTA E CONSULTOR POLÍTICO. MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO (FGV)*



NOME	DIA
ARISTIDES PEDROSO ALVARENGA	06
ARTUR ALVES DA FONSECA	20
AURELIA DE MORAES LEITE	20
AURELIO NEZINHO DE ARRUDA	16
BENEDITA FERREIRA PADILHA	20
BENEDITA LEONIL GODOY LEITE	24
BENEDITA MONTEIRO BRAGA	31
BENTA DUARTE COSTA	12
BRUNNA LETICIA DE ASSIS E SILVA	22
CARLOS ROBERTO INACIO GONÇALVES	24
CASSIA DE FATIMA ALVES DIAS CAMARGO	12
CEILA MARIA DE SIQUEIRA	17
CELSE ALFREDO SIMON	15
CELSE DE ARRUDA	11
CELSE GOMES GUIMARÃES	09
CICERO DIAS MOREIRA	21
CICERO NUNES DA SILVA	01
CIDENEY JOSE DE BARROS	29
CLAYTON JESUS DE OLIVEIRA SALES	21
CLENIRA TAVARES DE LIMA	16
DANIEL OLIVEIRA DE QUEIROZ	18
DENIS ALMEIDA RIBEIRO	08
DIVINO ALVES VIANA	12
DUNIZETE GUILHERMINA DE SOUZA	18
DURVAL DOS REIS	05
EDGAR DARIO PINTO	25
EDIVALDO FERREIRA GOMES	14
EDMUNDO DE SOUZA BRUNO	03
EDNA DOS ANJOS BENEVIDES	10
EDNALDO ESTEVAO DOS SANTOS	10
EDNEIA MARIA DE CAMPOS	14
ELIANE PADILHA DA SILVA FIGUEIREDO	12
ELICELIA CRISTIANA DE SOUZA OLIVEIRA	19
ELINETE LAURENÇO DE FREITAS GOMES	16
ELIONETH ATILA DE AGUIAR	05
ELZA DE FÁTIMA PEREIRA	13
ENIO GRIEBLER	14
EROTIDES MARIA DA SILVA	06
EROTILDES PEREIRA LEMES	06
EVANDRO DJALMA GUEDES	11
EVANDRO RODRIGUES SOARES	26
EVERLY SOARES BORGES	26
FLÁVIO MENDES BOTELHO	20
FRANCISCA DE BRITO NANI	17
FRANCISCO CRIZANTO DELUQUI	25
FRANCISCO GALDINO DE ALENCASTRO	15
FRANCISCO JOSE DE MATOS	12
FRANCISCO REIS DE ALMEIDA FILHO	06
FRANCISCO RODRIGUES COIMBRA	05
GABRIEL LEMES DOS SANTOS	18

GABRIELA RANGEL SILVEIRO	11
GARIBALDI OLIVEIRA PINTO	02
GERALDO PEREIRA DE SOUZA	13
GERSI MORENO DA FONSECA	16
GERSON ORIGUELA UMBELINO	03
GERSON POLICARPO ENORÉ	26
GIUVANIA MARIA SOARES LOPES	01
GIVALDO LIMA	30
GRACE EMANUELLE G. D. ROCATTO	22
HILDO DA SILVA NOGUEIRA	07
HONORIO GOMES CHAVES	05
IDELMA MACHADO COUTINHO DE SOUZA	15
IVANILDE BEZERRA DO NASCIMENTO	12
IVANIR FRANCISCO SERPA	21
IZAURA PINTO DO ESPIRITO SANTO	19
JACIRA WEIS	29
JAIR FRANCISCO SERPA	04
JAMES KIRIOS DE OLIVEIRA NOBRE	09
JANAINA TOSHIE RODRIGUES MARUYAMA	26
JANIR VIRGINIO DA SILVA	09
JEOVAR PEREIRA DE SOUZA	30
JOANA FONSECA DE FIGUEIREDO	21
JOANA ORTIZ DA SILVA	04
JOAO BOSCO DE MORAES	30
JOAO CARLOS JANSSON	08
JOAO HERMELINDO MARQUES FONTES	29
JOAO RIBEIRO DE AMORIM	23
JOAQUIM ADEMIR DA SILVA	26
JOAQUIM LUIZ DE FIGUEIREDO	22
JOILSON DAMASCENO DO ESPIRITO SANTO	11
JOSE ANTONIO DE AMORIM	19
JOSE ANTONIO NEVES ALVES	17
JOSE DE SOUZA ROSA FILHO	18
JOSE DOMINGOS DA SILVA FILHO	29
JOSE DOMINGOS DE OLIVEIRA	28
JOSE LUIS GONCALVES	11
JOSE NOGUEIRA PEREIRA	30
JOSE RICARDO DE SOUZA	01
JULHERVERSON RODRIGUES DO NASCIMENTO	25
JULIANO LOPES LELLIS	23
JUSTINA LEITE MENDES	26
KELCIANE JURUPE RODRIGUES	25
LAERTE DE JESUS FREITAS	27
LAURENIL BATISTA DE AZEVEDO	22
LAURICELIA CAMARGO DA SILVA RAMOS	01
LAURIEL FRANCISCO DA SILVA	04
LAURO DIAS FERREIRA	31
LOURACI ARRUDA DA SILVA	04
LUCAS RUIRO	27
LUCIO JOSE DA SILVA	25
LUIZ CARLOS DE ALMEIDA CINTRA	26
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	12
MAELI FERNANDES MOTA	12
MANOEL BATISTA DA MATA	30
MANOEL DAS GRACA E SOUZA	26
MARCELO GUILHERME DE SOUZA	25
MARCIA ALVES DA SILVA AIRES	18
MARCIA REGINA THIAGO	16
MARGARIDA MARIA DE MELLO E BARROS	18
MARIA ALVES MACHADO DE SANTANA	22

MARIA APARECIDA BRANDÃO	27
MARIA DE FATIMA OLIVEIRA	10
MARIA DO ROSARIO NEVES SILVA	07
MARIA DULCE DE MORAES CHAVES	10
MARIA ESTELA CANAVARROS DE CAMPOS	28
MARIA IRACEMA SILVA DE PAULA	26
MARIA LUIZA DE OLIVEIRA SILVEIRA	18
MARIA LUZIA SIQUEIRA GOMES	28
MARIA ODILZA BATISTA REDEZ	26
MARIA PAULA CUSTODIO SILVA	23
MARILUCIA DA SILVA	08
MARILUCIA FARIA MALHEIROS	29
MARIVANYA ALVES DE SOUZA	20
MIRIAM CRISTINA PEDROSO DAMASCENO	25
NICODEMO MARCIANO CARDOSO	18
NIVALDO DEODATO LUCENA	05
ODILON ALVES	23
ONERALDO ROSA DA SILVA	10
OSCARIR SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR	17
PEDRO HENRIQUE DE FRANÇA	19
PEDRO XAVANTE	12
PLACIDA COSME DA SILVA	05
PLACIDO MANOEL DE ALMEIDA	05
RAIMUNDO ANGELINO DE OLIVEIRA	03
RAISSA MARIAH FERRAZ MOREIRA	22
RAQUEL GOMES SOARES DE MATOS	01
REGINA FATIMA DA SILVA	17
REGINALDO JOSE DE CARVALHO	27
REGINALDO LUIZ DE SANTANA JUNIOR	23
RENATA REIS REGIS	22
RITA DE CASSIA PROENÇA CAMPOS DE ALMEIDA	10
RONALDO MARQUES DE OLIVEIRA	15
ROSANGELA DE MEDEIROS SIQUEIRA	23
ROSINETE SILVA CASTRO ORTEGA	01
ROZANGELA DOS REIS ALMENDRO	05
RUI DO NASCIMENTO DIAS DORST	03
SABINO ALVES DA SILVA	30
SALVADOR MARTINS DE ARAUJO	12
SEBASTIAO MARTINS	26
SELVINO FERREIRA DOS SANTOS	12
SERGIO WILSON DE OLIVEIRA	16
SILVIO DOS SANTOS SILVA	13
SIZENANDO MIRALLA SANTOS	27
SONIA BARROSO GRANDO	17
SUELI BEZERRA DA SILVA	24
SUELI GONÇALVES MONEA	27
SYLVIA MARIA BARBOSA CUNHA	30
TARCIANE AMORIM SANTANA DA SILVA	13
TELMA GUSMAO OLIVEIRA	20
TEREZA SOKOLOWSKI	08
Valdeci Rosa Dos Santos Evangelista	07
WALTER CORREA	19
WANDERSON CAMPOS DE ARRUDA	15
WANEIA LUCIA SILVEIRA DA SILVA	28
WENCESLAU ALVARES	30
ZILDA LEMES DA SILVA PROENÇA	27